

MICHAEL BAUM

Membro do Conselho Executivo
Fundação Luso-Americana

○ ensaio escrito pelo Professor Rob Reich faz uma pergunta importante e de longo alcance sobre as fundações em qualquer sociedade democrática, não apenas as norte-americanas. Num nível mais pessoal, eu achei o fórum particularmente oportuno uma vez que eu acabei de mudar a minha carreira profissional, tendo passado da minha posição como educador numa universidade pública nos EUA, para a de administrador de uma fundação privada em Portugal, um objectivo que recebe isenção de impostos em ambos os países como um provedor de serviços públicos.

De todas as respostas impressas à redacção imparcial de Robert Reich, as minhas opiniões pessoais provavelmente estarão mais próximas das de Stanley Katz e Diane Ravitch. Parece claro que a maioria das fundações privadas operaram internamente de uma forma geral, de uma maneira menos democrática, que, dadas as origens da maioria das fundações privadas, devem dificilmente vir como uma surpresa. Para aqueles de nós que passaram toda a sua vida adulta ensinando teoria democrática e a promover a governança compartilhada no local de trabalho, ahistória sobre o funcionário que foi prontamente demitido pelo Instituto Open Society de Soros (OSI) por ter tido a audácia de falar a verdade ao seu superior, vimos que o poder autoritário é arrepiante de fato. Mas se aceitarmos de momento

o argumento de que as fundações privadas são estatutariamente inclinados a agir com relativamente poucos processos de responsabilização interna, isto significa que eles devem ipso facto reforçar tendências anti-democráticas e plutocráticas na sociedade em geral? Acho que não.

Tomemos por exemplo o caso de investimento de impacto social. Existem inúmeros exemplos de fundações privadas que trabalham em conjunto com o Estado e a sociedade civil envolvendo-se em investimentos de impacto social que beneficia o público de forma muito concreta. O exemplo mais recente aqui em Portugal está a ser liderado pela Fundação Calouste Gulbenkian, um dos nossos ‘concorrentes’ no meio do sistema de fundações em Portugal. A Fundação Gulbenkian lançou recentemente o Laboratório de Investimento Social, a cujo lançamento tive o prazer de assistir, feito com base num modelo desenvolvido na Grã-Bretanha pela Social Finance UK. Social Finance UK serve como um parceiro para os esforços da Gulbenkian, em Portugal. No modelo do Social Finance UK, várias fundações privadas estão a trabalhar com sucesso em conjunto com o Estado para apressar as decisões de política pública a nível local. O seu impacto social, por exemplo, é de transformar as PPPs (Parcerias Público Privadas), colocando todo o risco no sector privado e todos os potenciais benefícios no sector público.

Aqui em Portugal o termo PPP é uma palavra incómoda (ver informação da RTP 📺, apenas como um exemplo), mas na minha opinião, esses tipos de modelos mostram que as fundações privadas podem e devem cooperar umas com as outras para resolver situações que o estado tem sido incapaz ou relutante em resolver por conta própria. Como tal, as fundações privadas têm pelo menos um modelo potencial a seguir para saber como trabalhar em conjunto para alcançar vitórias visíveis para si e para a sua legitimidade com o público.

Pessoalmente penso que nós também precisamos de ter algum cuidado com a agregação de todas as fundações privadas. Críticos de fundações privadas, exemplificada na citação do juiz Richard Posner do Reich, que argumentou que «Uma fundação de direito privado perpétua ... é uma instituição completamente irresponsável, que não responde perante ninguém.» Mais uma vez, enquanto isso pode ser verdade para a maioria das fundações privadas, é preciso ter cuidado para não generalizar. De acordo com o US Council on Foundations 📺, existem três tipos de fundações privadas:

1. Fundações Familiares, onde os familiares do doador original assumem um papel importante na gestão e governança da instituição;
2. Fundações independentes, onde os apoios são atribuídos a partir da dotação da instituição e onde a gestão é liderada por conselhos independentes, não controlados por doadores, os seus familiares, ou por empresas / sociedades;
3. Fundações corporativas são fundações privadas que derivam os seus fundos de doação dos proventos de atividades com fins lucrativos. Além de tudo isso, uma fundação privada pode ser do tipo não-operacional ou operacional. Fundações não-operacionais, que são as mais comuns, usam a maior parte de seus recursos para oferecer subsídios a outras organizações. Fundações privadas operacio-

nais usam a maior parte de seus recursos em ação social e não costumam captar recursos junto ao público.

Embora possa não ser a regra, a Fundação para a qual eu trabalho, pertence a um mundo de Fundações ainda mais matizado. A FLAD existe juridicamente como uma fundação privada autónoma Portuguesa, usufruindo de isenção de impostos, mas foi financiado exclusivamente com fundos governamentais dos EUA e Portugal. Além disso, o primeiro-ministro Português continua a nomear o Conselho de Administração e o Conselho de Curadores. A sua missão é explicitamente destinada a aprofundar as relações bilaterais entre dois Estados soberanos e seus povos, e, como tal, ocupa um nicho bastante singular no ecossistema das fundações. Outros exemplos de organizações semi-governamentais que não se encaixam no perfil de bases padrão podem incluir a National Science Foundation (NSF), a Fundação Fulbright, ou o National Fish and Wildlife Foundation nos EUA. Por isso é preciso ser cauteloso em agrupar todas as Fundações.

Embora seja verdade que a FLAD tanto quanto qualquer outra fundação privada possa ter alguns dos perigos identificados pelos críticos das Fundações, a FLAD efetivamente, investiu pesadamente em serviços de utilidade pública que os governos dos EUA e de Portugal nem sempre foram capazes ou não estiveram dispostos a apoiar.

Por exemplo, foi uma das primeiras organizações em Portugal a apoiar os esforços de pesquisa para o desenvolvimento sustentável e os oceanos, a apoiar a criação de incubadoras de empreendedorismo de todos os tipos (levando em parte ao atual boom do empreendedorismo em Portugal), a mobilidade académica e projetos de difusão cultural entre Portugal e os EUA (com especial atenção para os Açores), a difusão da língua Português na América do Norte, entre muitas outras atividades cuja benefícios económicos ou em termos de políticas públicas

a curto prazo nunca irão justificar o seu financiamento.

No geral, achei a discussão útil e instigante. Eu também acho que a maioria dos dirigentes das fundações percebe que deve ser dada muito mais atenção à questão crucial de medir melhor o impacto dos nossos projetos. Mas ao invés de criticar todas as fundações privadas como sendo

igualmente autoritárias e plutocráticas, a discussão sugere que é preciso ter cuidado quando avaliamos os diferentes tipos de fundações, incluindo as suas diferentes missões e projetos. A medida *one-size fits all* para avaliar o impacto das fundações é provavelmente tão evasiva aqui como é no mundo da educação.